

A patrimonializa- ção da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia em Firminópolis/ GO

• Revista  **mosaico**

**Willisses Cavalcante
Santos¹**

<https://orcid.org/0000-0001-8116-045X>

Maria Dailza da

Conceição Fagundes²

<https://orcid.org/0000-0001-9974-041X>

**The heritage of
the Feast in
Praise of Our
Lady of Guia in
Firminópolis/GO**

Resumo

Este trabalho prima por analisar o processo de patrimonialização da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, padroeira do município de Firminópolis, em Goiás. A celebração, que acontece entre os dias 30 de agosto e 08 de setembro, é parte indissociável da história da cidade, sendo capaz de mobilizar uma ampla rede de memórias e identidades que são fundamentais para manutenção da comemoração. Assim, procura-se estudar a dinamicidade do município, compreendido como território vivo, partindo da premissa de que o patrimônio cultural deve ter significado para a comunidade na qual está presente. No estudo, propõe a análise do Projeto de Lei, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Vereadores, que torna a celebração um patrimônio cultural imaterial de Firminópolis.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Celebração; Educação Patrimonial; Firminópolis/GO.

Abstract

This work focuses on analyzing the heritage process of the Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, patroness of the municipality of Firminópolis, in Goiás. The celebration, which takes place between August 30th and September 8th, is an inseparable part of the city's history, being able to mobilize a wide network of memories and identities that are fundamental for maintaining the celebration. Thus, an attempt is made to study the dynamics of the municipality, understood as a living territory, based on the premise that cultural heritage must have meaning for the community in which it is present. In the study, it proposes the analysis of the Bill, unanimously approved by the City Council, which makes the celebration an intangible cultural heritage of Firminópolis.

Keywords: Cultural heritage; Celebration; Heritage education; Firminópolis/GO.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de patrimonialização da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, padroeira do município de Firminópolis/GO, bem como observar a dinamicidade da celebração e a ampla rede de memórias e identidades que a festividade é capaz de mobilizar, tendo como ponto de partida os sentidos atribuídos pela população ao bem cultural.

Além disso, o estudo visa, compreender como tais fenômenos mencionados contribuem para a vivacidade do bem, e seu constante diálogo com o território. Na pesquisa, o espaço é compreendido a partir dos sujeitos que ali vivem e, conforme afirma Sônia Florêncio et al. (2014, p. 24), o território deve ser entendido como “documento vivo, passível de leitura e interpretação [...]”.

Assim, na tentativa de pensar como se deu o processo de salvaguarda da festividade, o estudo se apoia nas mais recentes discussões do campo do patrimônio cultural, principalmente a respeito da patrimonialização de bens imateriais, como também sobre a importância do inventário participativo no acautelamento de celebrações. Dessa forma, foram realizadas as entrevistas mediante questionários organizados em roteiro, em especial com os devotos da padroeira e os responsáveis pela articulação do projeto de Lei, que oficializou a festa como patrimônio firminopolense. Na sequência, foram construídas reflexões acerca de como se configurou o mapeamento da festa.

Do mesmo modo, propõe abordar a relevância de tais ações patrimoniais na legitimação e ampliação dos debates acerca do bem cultural analisado. Conseqüentemente, o diálogo centra-se na reflexão sobre a morfologia da celebração, buscando entender quais são os motivos que mobilizam tantos fiéis na realização da festividade, e como se deu a movimentação em prol da patrimonialização do bem.

Firminópolis e a Festa em Louvor a Nossa Senhora da Guia

A festividade católica de Nossa Senhora da Guia está associada à esfera cultural de uma população, assim como de uma ampla rede de memórias e identidades que são fundamentais para manutenção e para dinamicidade da comemoração, bem como possui um constante diálogo com o território.

Considerando o objetivo de abordar a importância da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, é indispensável refletirmos a respeito da dinamicidade do espaço onde a celebração acontece. Na perspectiva de Moll (2009, p. 15) “[...] a cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam”. Assim, compreende-se que o território está em constante movimento, e reflete uma complexa rede de memórias e identidades que contribuem para tal vivacidade, sendo o espaço construído a partir das relações e negociações estabelecidas pelos sujeitos que ali vivem. Somado a isso, através do estudo da territorialidade é possível compreender a disposição dos laços de afeto e as formações discursivas inscritas na comunidade.

Souza, Santos e Thomaz (2017, p. 2), em diálogo com Saquet, discutem que “a territorialização tem como alicerce a vida cotidiana, o que os indivíduos concebem, percebem e sentem, sejam no setor econômico, político e cultural”. O território é responsável por dar legitimidade ao patrimônio, pois como apontado, é nesse espaço que se dão as interações e vivências, e gradativamente os bens culturais vão se munindo dos sentidos que foram construídos ao longo do tempo pelos sujeitos que ali vivem. Na concepção de Gonçalves:

Festas são momentos de sociabilidade que envolvem comemoração, pois promovem ou avivam a memória de um acontecimento (recente ou longínquo). Com frequências associadas a ocasiões de alegria, são, em sua diversidade, veículos de múltiplos sentimentos, afetos e comportamentos, que tanto podem afirmar traços identitários e relações de pertencimento como repor tensões, desigualdades e distinções sociais (GONÇALVES, 2020, p. 17).

O município de Firminópolis/GO que completou seus 74 anos no dia 7 de outubro de 2022, localiza-se na região Oeste do estado de Goiás e possui cerca de 13.604 habitantes, com um território de 422,340 km², conforme dados do IBGE, 2021. A cidade possui limite com os municípios de São Luís de Montes Belos, Paraúna, Aurilândia, São João da Paraúna, Turvânia e Adelândia. Mesmo com o predomínio católico, a comunidade reúne “evangélicos” (protestantes), espíritas e adeptos de religiões de matriz africana.

Na década 1930, começaram a acontecer as primeiras missas na antiga fazenda São Domingos, que posteriormente se tornaria parte do território firminopolense. Contudo, o povoamento da região iniciou-se em 1940, a partir de doações de terras por Manoel Firmino dos Santos, tendo como ponto de partida a

construção de uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora da Guia (PREFEITURA MUNICIPAL DE FIRMINÓPOLIS, 2022).



Figura 1 – Primeira capela de Nossa Senhora da Guia, em Firminópolis/GO.

Fonte: Waideck Araújo, s.d.

Na fotografia acima é possível ter uma noção da estrutura de uma das primeiras igrejas construídas no bairro que atualmente é conhecido como Firminópolis Velho. Igualmente, podemos observar um senhor nas proximidades do templo, que segundo relatos, provavelmente possa ser Manoel Firmino. Anos depois, em 1970, a capela foi demolida.

[...] fizeram uma capelinha de adobe, um pouco maior que um quarto comum e foi construída em trinta dias. Manoel buscou Padre Alexandre em Anicuns para celebrar a primeira missa na capela. Todo domingo de cada mês faziam tranquilamente suas orações. Rezavam o terço e faziam leilões em benefício da construção da igreja. Começaram a surgir pessoas de vários lugares e o local teve um notável crescimento. (BARBOSA *et al.*, 2016, p. 19-20).

Foi no final do século XVIII, que portugueses trouxeram para o território brasileiro a primeira imagem de Nossa Senhora da Guia, que está diretamente associada à proteção dos navegantes. Acabou chegando em solo firminopolense através das famílias descendentes de portugueses que por ali se fixaram nos primórdios do município, contribuindo para a formação da festividade em questão.

Tal histórico contribui no sentido de legitimar o social e o simbólico que atravessam a comemoração, como também a própria dinâmica entre a festa e o seu espaço de origem, que aliás, é uma categoria fundamental para se pensar as discursividades, memórias e identidades que alicerçam o patrimônio em estudo. No

início, o louvor à santa consistia em pequenos aglomerados na zona rural. Famílias como a de Manoel Firmino incentivaram a ampliação do movimento, atribuindo a ele novos elementos e sentidos, que até então, não faziam parte. De acordo com Barbosa *et al.* (2016, p. 18), “começava, então, uma história de amor e fé à santa de sua devoção: Nossa Senhora da Guia. Uma fé ligada às dificuldades as quais se passava naquela época”.

Logo, outros grupos familiares se envolveram na organização, e paulatinamente a “festividade” foi adquirindo uma configuração própria. “Todo primeiro domingo de cada mês faziam tranquilamente suas orações. Rezavam o terço e faziam leilões em benefício da construção de uma igreja. Começaram a surgir pessoas de vários lugares e o local teve um notável crescimento” (BARBOSA *et al.*, 2016, p. 20). Nesse sentido, outros espaços passaram a receber a celebração, a partir de uma constante rede de sentidos e relações estabelecidas entre as famílias.

Atualmente, a paróquia de Nossa Senhora da Guia é a trazida na fotografia a seguir, sendo localizada na avenida Joaquim David Ferreira, no centro da cidade de Firminópolis. A edificação do templo foi iniciada em 1966, pelo padre Guilherme¹, a partir de doações de terras pelo padre Tito Cardoso de Souza (BARBOSA *et al.*, 2016). A paróquia permanece no lugar desde sua fundação, e é o lócus de encontro da celebração em louvor à padroeira do município.



Figura 2 – Paróquia de Nossa Senhora da Guia, em Firminópolis/GO

Fonte: Diocese de São Luís de Montes Belos-GO, s.d.

¹ Até o exato momento da pesquisa, não foi identificado o sobrenome do padre Guilherme.

Inicialmente, os encontros na igreja (Figura 1) foram celebrados por padres de outras regiões, bem como reuniam fiéis de diferentes localidades. Neste período, o então aglomerado era conhecido como povoado² de Nossa Senhora da Guia, e só anos depois, em 1948, recebeu o nome de Firminópolis em referência ao doador das terras, Manoel Firmino.

Com a chegada das famílias Borges, Araújo e Machado, a comunidade gradativamente começou a se desenvolver, recebendo através da Lei nº 6, de abril de 1948 a categoria de distrito. Tal titulação não permaneceu por muito tempo e no dia 07 de outubro do mesmo ano, foi elevada à categoria de município (Barbosa *et al.*, 2016). Durante todo esse processo, a comemoração em louvor a santa cresceu juntamente com a cidade, adquirindo com o tempo novos espaços, elementos e sentidos.

Entretanto, foi aproximadamente em 1950, com a chegada dos missionários holandeses, Jacobus Johannes de Wall, Johannes Jacobus de Wall e Wilhelmus Antonius Aloisius de Wall, que por meio da ordenação passaram a ser conhecidos de padre Paulino, João e Anselmo, que a celebração se consolidou como tradição no município, oportunizando a partir de então, uma mobilização mais efetiva dos leigos. Além disso, os padres remodelaram a festividade e atribuíram a ela novos sentidos.

Ainda hoje, a festividade acontece tradicionalmente todos os anos entre os dias 30 de agosto e 08 de setembro, como forma de gratidão pelas bênçãos concedidas. Tal manifestação é organizada pela Paróquia³ local, juntamente com a população que além de se envolver espiritualmente, traz consigo saberes, fazeres e tradições que enriquecem as feiras que compõem o período de festa. A fotografia a seguir retrata um dos momentos introdutórios da celebração, na igreja matriz de Nossa Senhora da Guia, em Firminópolis. Além disso, é possível observar por meio da imagem uma ampla simbologia: através das gravuras, das vestimentas eclesiais e da própria disposição do espaço de adoração.

² Subordinado ao município de Paraúna.

³ Paróquia Nossa Senhora da Guia, localizada no centro da cidade.



Figura 3 – Missa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, em Firminópolis/GO
Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Guia, Firminópolis, 2020.

Entre cavalgadas, novenas, louvores, bingos, barracas com comidas típicas e artesanatos da região, a festa vai ganhando força e oportunizando um espaço de contatos e trocas, bem como de construção de memórias. Normalmente, no decorrer da festa, ocorrem aproximadamente dez novenas/procissões, sendo cinco na zona rural (realizadas nas capelas ou em fazendas) e cinco na cidade (realizadas na Igreja Matriz). O movimento, além de ocupar a igreja, também se utiliza da praça onde o templo está localizado, assim como das ruas ao redor, em especial pelas inúmeras barraquinhas que ofertam uma variedade de alimentos: bebidas, pastéis, doces e jantinhas, também artesanatos e locais recreativos para as crianças. As feirinhas que compõem o período de festa atraem pessoas de toda a região, que como efeito, movimentam significativamente o comércio local. Atualmente, a partir da oficialização, recebe um respaldo por parte dos órgãos públicos, em uma tentativa de contribuir na organização e promoção da feira.

Com a patrimonialização, tais espaços são organizados através de uma parceria entre a igreja, a Prefeitura de Firminópolis e a Secretária de Educação e Cultura. A festividade ainda possui um canto específico em louvor à Nossa Senhora da Guia, e é marcada pela quermesse que dura o dia todo, algumas vezes associada aos bingos e leilões que acontecem ao longo da comemoração. Infelizmente, com o passar dos anos e as constantes mudanças ocasionadas pela própria dinâmica da festa, o ato de levantada do Mastro se perdeu com tempo, não sendo mais realizado.



Figura 4 – Missa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, em Firminópolis/GO.
Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Guia, Firminópolis, 2020.



Figura 5 – Missa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, em Firminópolis/GO.
Fonte: Paróquia Nossa Senhora da Guia, Firminópolis, 2020.

As fotografias apresentadas são registros do segundo dia de celebração no ano de 2020. Na ocasião, a paróquia se encontrava com a presença de devotos da comunidade e também das cidades circunvizinhas que, em função do contexto da pandemia da COVID-19, além de distanciamento, observa-se a obrigatoriedade do uso de máscaras.

Na Figura 5 temos a imagem representando Nossa Senhora da Guia. “A imagem [...] é sempre representada assim: num dos braços ela segura o menino Jesus, na outra mão ela carrega uma estrela que representa a Estrela de Belém que guiou os magos até o menino Jesus” (BARBOSA et al., 2016, p. 19). A santa é revestida da missão de guiar humanidade através do evangelho de Cristo, assim como orientar os fiéis acerca da necessidade da mudança e da conversão. Um elemento curioso, são as cores que compõem sua vestimenta, que oscilam entre azul, verde, vermelho e rosa, tonalidades essas que estão associadas a ideia de

alegria, liberdade e salvação.

Com o surto pandêmico, a celebração precisou se adequar aos meios digitais, em uma tentativa de sobrevivência. Missas começaram a ser transmitidas por meio de *lives* e as páginas oficiais da igreja no Instagram e Facebook tornaram-se os principais canais de comunicação, causando uma inédita interrupção na festividade, que a partir de então, passou a ser realizada remotamente e de maneira simplificada. A ausência do movimento foi sentida em todas as esferas, em especial pelas famílias mais carentes, que não tiveram a alternativa de acompanhar pelas mídias digitais. “O confinamento tende de fato a restringir as sociabilidades e os relacionamentos ao polo da atomização e da dispersão. A ‘falta que a festa faz’ é a falta desse outro polo – desconfinado – que organiza as sociabilidades e os relacionamentos” (CAVALCANTI; GONÇALVES, 2021, p. 34).

Com o retorno das atividades presenciais, a festividade foi gradativamente retomando seu espaço, entretanto, com muita dificuldade, considerando a falta de recursos após o contexto, o medo dos fiéis por uma terceira onda de contaminação e também pela própria reorganização por parte dos órgãos públicos.

Os fiéis envolvidos na organização se sentem representados através da celebração. É possível observar essas questões através da fala da professora Neuzélia Márcia, que descreve sua participação na celebração durante sua infância:

A festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, é assim, um grande acontecimento para nós. Uma festa muito grande, porque a gente ia e pousava na casa da minha avó, porque tinha a procissão de madrugada. Então, eram as ruas cheias de pessoas com velas nas mãos e o padre na frente com Nossa Senhora da Guia. Pra nós isso era muito lindo [...]. Sem contar a festa após as missas, com barraquinhas, guloseimas e brincadeiras (MÁRCIA, 2022, informação verbal)⁴.

Nesta perspectiva, a Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia é compreendida como uma celebração: “manifestações consideradas significativas por uma comunidade que, normalmente, participa de todo o processo de preparação e realização” (SILVA, 2022, p. 99). Por estar associada a uma ampla rede de sentidos, bem como por possuir um intenso diálogo com o território, tal celebração se configura como um patrimônio cultural de caráter imaterial, ou seja, é algo coletivo e

⁴ Entrevista de Neuzélia Márcia (virtual) cedida ao autor, em 4 de outubro de 2022.

que faz parte da vida do povo firminopolense, capaz de interligar pessoas, produzir memórias e legitimar identidades.

A festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia enquanto patrimônio cultural imaterial firminopolense

Refletir acerca da importância e dos sentidos atribuídos pela comunidade à Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia requer discutir alguns conceitos norteadores, que serão essenciais para reflexão a respeito do processo de patrimonialização. Assim, o primeiro deles é patrimônio, que em sua semântica latina está associada a herança paterna ou propriedade, em especial de “pedra e cal”. Entretanto, o conceito pode transcender tal concepção. Um exemplo é quando pensamos em patrimônio cultural, que conforme o ex-ministro da cultura, Gilberto Gil:

Pensar em patrimônio [...] é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quites [...]. É incluir as gentes, os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente edificações [...] de pedra e cal. Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital e todas as formas de espiritualidade da nossa gente. O intangível, o imaterial (IPHAN, 2008).

Nesta lógica, compreende-se que a concepção de patrimônio cultural se refere à multiplicidade de manifestações e expressões culturais consideradas significativas para um determinado indivíduo ou grupo, podendo ser compreendido como uma construção social, reflexo das ações e relações dos sujeitos em sociedade.

O patrimônio cultural sustenta identidades e memórias de diferentes comunidades, e assim como salientado não envolve apenas os bens físicos, como casarões, igrejas e teatros, mas também inclui saberes, experiências, celebrações e outras expressões culturais. A partir de tal riqueza patrimonial é possível dialogar com nossa condição histórica, bem como compreender nossa formação identitária. Conseqüentemente, o bem cultural “[...] está sempre em transformação, o que faz parte de sua dinâmica e da atribuição de valor dada por aqueles que se identificam com sua produção” (CAMPOS, 2013, p. 33).

A respeito de sua materialidade, os bens culturais podem ser de cunho material (tangível) aqueles que existem em um plano concreto, e também ser de

natureza imaterial (intangível), que não podem ser percebidos através do tato: como festas, saberes e danças, podendo ter caráter local, regional, nacional ou mundial. Assim, “o patrimônio cultural [...], interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante” (FLORÊNCIO *et al*, 2016, p. 8).

Numa análise mais aprofundada acerca da noção de patrimônio cultural, é possível transcender tal divisão dicotômica, considerando que os bens culturais se tornaram mais amplos e capazes de agregar diferentes elementos, possibilitando pensar em patrimônios que são formados através da fusão do material e do imaterial, em especial as celebrações que reúnem em seu processo formativo um conjunto de elementos. “A inclusão dos itens a serem assim considerados é ampla, privilegiando os lugares de cultos e suas construções, como os templos [...], que foram constituídos como espaços culturais nos quais se realizam os ritos religiosos”. (TIRAPELI, 2020, p.79).

Um exemplo é a própria festividade abordada, que além de ser composta por tradições, saberes e fazeres (intangível) é ao mesmo tempo formada pela presença do templo, dos objetos sacros e das vestimentas (tangível), e, por meio dessa multiplicidade que a festa ganha forma e sentido.

No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial. Não há, hoje, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto (CHUVA, 2012, p. 147).

Assim, dois fenômenos serão fundamentais para observar a formação e os efeitos de sentidos produzidos a partir da celebração mencionada, sendo eles a memória e a identidade. A memória configura-se como um dos pilares dos estudos acerca do patrimônio cultural, por possuir um caráter transdisciplinar e por ser responsável por mobilizar o sentimento de pertencimento, que é capaz de reforçar os laços entre os sujeitos e seus bens culturais. De acordo com Lopes e Portilho:

[...] a memória é mobilizadora dos afetos, ou seja, daquilo que imprime nos indivíduos as experiências, mas se exprime no plano comum entre indivíduos e suas comunidades. [...] As memórias constituem as relações humanas e, portanto, se dão necessariamente em um território. Ao mesmo tempo em que elas têm o território como referência espacial, dão sentido a ele ajudando a defini-lo e a delimitá-lo. (LOPES; PORTILHO, 2021, p. 25).

Concomitantemente, é um fenômeno que se encontra em constante movimento e, assim como o território a memória é viva e atravessada por discursos, tornando-se necessário um trabalho minucioso na tentativa de observar suas dimensões e morfologias. A esse respeito, é preciso compreender que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas [...], sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções” (NORA, 1993, p.9). Por assim ser, ela contribui na legitimação de nossa identidade, assim como na consolidação das culturas e de todas as manifestações culturais, que adquirem sentidos e vida por meio dela.

Vale acrescentar que tais memórias são resultado das interações, negociações e das trocas culturais. Conforme Assmann (2011), é através da comunicação, das imagens e das línguas, bem como das repetições ritualísticas que as memórias são tecidas, e adquirem condições para perpassar gerações. No caso em questão, é necessário identificar as memórias que movimentam a Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, percorrendo a historiografia associada à celebração, assim, obtendo condições de compreender o sentimento de pertencimento da população firminopolense, que se mobiliza em busca de valorizar e reconhecer tais memórias.

Como salientado anteriormente, a identidade é outro fenômeno fundamental para se pensar a formação do patrimônio cultural. Assim como a memória, a identidade é formada a partir das relações e negociações entre os sujeitos de um determinado espaço. Sandra Pelegrini (2009, p. 32) suscita que a identidade é um “processo contínuo e complexo de construção do ‘sujeito’”. Podendo se configurar como identidade individual ou coletiva, envolvendo em sua formação memórias, sentimentos, discursos, ideologias e silenciamentos. Conforme Pollak, “por identidades coletivas estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo [...] o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992, p. 207).

Neste sentido, cada grupo através de sua identidade possui seus bens culturais, que têm um intenso contato com o movimento do grupo, sendo tais patrimônios reflexos da diversidade e dos contatos estabelecidos. Por consequente,

o patrimônio cultural reúne uma variedade de questões de diferentes ordens. Chuva (2012, p. 152) suscita que “[...] patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos sociais”.

Esse emaranhado de relações de poder é visível no município de Firminópolis, considerando o agitado cenário político, composto na maioria das vezes por duas frentes; a diversidade religiosa, com preponderância católica, e a disputa econômica na região, especialmente no campo do agronegócio. Todas essas esferas refletem rigorosamente na discussão patrimonial. Um exemplo é a oficialização da festividade, que emerge como fruto de uma “benfeitoria política”, ou em outras palavras, como concessão de um interesse que se materializa em sua essência como particular.

Assim, refletir a respeito da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, requer cuidado para perceber a multiplicidade de identidades, assim como de memórias, discursos e silenciamentos que juntos fazem da celebração um patrimônio cultural de Firminópolis. E é a partir dessa complexa conjuntura que a população firminopolense se sente identificada em todo o processo de realização da celebração e atribui significados a cada etapa que estão envolvidos. Por esse motivo que a festividade pode ser considerada um bem cultural da cidade, por fazer parte da vida e da história do município.

Neste sentido, é importante reforçar a ideia da patrimonialização enquanto um instrumento democrático de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, possibilitando salvaguardar toda a diversidade identitária que compõem o bem. Como aconteceu com a festa em questão, que através de tal processo garantiu a valorização do movimento, tendo sempre como ponto de partida a noção de que o campo do patrimônio é uma área de conflitos, onde valores e princípios disputam constantemente o espaço.

O processo de patrimonialização da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia: algumas considerações

O processo de patrimonialização contribui para legitimar a identidade da população, bem como manter vivo os mecanismos de memória. Para que tal

processo seja realmente significativo deve ser promovido pelos grupos associados aos bens culturais, de maneira dialógica e democrática, oportunizando a inserção da voz do(s) sujeito(s) que compõem tal coletividade.

Este processo é ainda mais minucioso quando o bem em observação é de caráter imaterial, ou seja, representações, expressões, saberes que frequentemente estão ligados a um determinado espaço(s)/objeto(s). Estes patrimônios são alicerçados por uma infinidade de memórias e se materializam em consonância com as diferentes representatividades quem compõem um determinado grupo.

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (CURY, 2004, p. 373).

Desta maneira, o processo de patrimonialização desses bens, além de considerar as condições sócio-históricas, faz-se necessário, percorrer as diferentes perspectivas e sentidos que foram atribuídos pelas pessoas que estão associadas ao patrimônio. Negligenciar esta diversidade de significados e compreensões compromete a efetividade do processo e dificulta a preservação e o reconhecimento da manifestação patrimonializada. Assim, todas as etapas devem ser executadas em parceria com a comunidade, pois apenas por meio dela será possível compreender a dinâmica do patrimônio em estudo.

O inventário participativo é uma ferramenta de Educação Patrimonial que possibilita essa parceria, pois visa incentivar a comunidade a identificar e valorizar as suas referências culturais, atribuindo-lhe um papel de protagonista “para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e afeta como patrimônio numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (FLORÊNCIO; BIONDO, 2017, p. 53).

Assim, em diálogo, na tentativa de patrimonializar um bem intangível, é de suma importância a articulação de um “inventário participativo”, que possibilite a condução do processo pelos próprios detentores, caso contrário, acabam não legitimando a autonomia identitária, muito menos considerando aquilo que realmente é significativo para os sujeitos do patrimônio.

Qualquer que seja a ação implementada ou projeto proposto, sua

execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens. Nesse processo, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil [...]. (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 21).

Vale acrescentar que, o processo de patrimonialização de qualquer patrimônio não se encerra com a sua aprovação em algum núcleo de poder, pois ele é contínuo e dinâmico e necessita de um constante movimento de reafirmação dos sujeitos envolvidos. Assim, compreende-se que “a patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (SILVA, 2011, p. 6).

Reforça-se que essas ações devem ser pensadas por uma via democrática e popular, permitindo que os bens culturais sejam fontes e estímulos de conhecimento e valorização. Tais ações podem se configurar como alternativas para novos processos de patrimonialização. A esse respeito é importante ressaltar que “essa valorização do patrimônio cultural talvez induza a comunidade a cobrar dos seus representantes políticos ações em prol da preservação de suas tradições ou, pelo menos, o reconhecimento formal delas” (PELEGRINI, 2009, p. 98).

No caso da patrimonialização de bens intangíveis de caráter religioso, o desafio se torna ainda mais complexo. Na visão de Abreu e Magno (2017, p. 19), “[...] a patrimonialização do chamado bem imaterial é ainda mais profunda quando este se estrutura sobre o sentimento de fé”. É preciso chamar a atenção para o fato de que lidar com esses patrimônios significa transcender a análise para além dos elementos que formam o objeto em questão, mas percorrer toda semântica que alicerça o bem. “[...] ao contemplarmos uma manifestação cultural de caráter religioso, entendemos que a noção de religiosidade é complexa, dinâmica e não pode ser vista de forma taxativa.” (ABREU; MAGNO, 2017, p. 19).

Visando uma trajetória interacionista, o processo precisa ser direcionado pelos membros do grupo pelo qual o patrimônio cultural está ligado, garantindo a inclusão dos sentidos atribuídos por eles, bem como as possíveis ameaças a manutenção do bem. De acordo com o Portal do IPHAN:

O conhecimento gerado durante os processos de identificação e reconhecimento é o que permite diagnosticar, de modo bastante preciso, as formas mais adequadas de salvaguarda. E para que isso

aconteça, a mobilização social de comunidades, grupos ou indivíduos vinculados à produção e reprodução do bem cultural é uma condição fundamental. [...] a salvaguarda de um bem cultural [...] visam contribuir tanto para a sua continuidade de modo sustentável quanto para a melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência (IPHAN, 2014, p. 1).

Como apresentado anteriormente, acontece em Firminópolis a Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, também conhecida como “Festa de Setembro”, celebração religiosa em homenagem à padroeira da cidade. A primeira imagem da santa chegou no Brasil no século XVIII, aproximadamente no ano de 1745, na cidade de Salvador, Bahia. Com o passar do tempo, a devoção à Nossa Senhora da Guia alcançou outros espaços. Como apresentado, em 1940 foi construída a primeira capela em consagração a ela, no atual território de Firminópolis, quando Manuel Firmino dos Santos doou terras para edificação do templo. Desde então, movimentos em louvor e agradecimento a santa se intensificaram na localidade.

Desta forma, na tentativa de oficializar a festividade, foi elaborado um projeto de patrimonialização pelo então vereador Carlos Antônio da Silva, pelo secretário de Educação e Cultura, Daniel David Pereira, juntamente com a contribuição de Rackell Marques da Silva Oliveira e Jeancarlo Oliveira Neves, que articularam o projeto de Lei que previa o reconhecimento da festividade como patrimônio cultural de Firminópolis. A ideia central partiu da família Marques, família do vereador que apresentou o projeto de Lei, que como efeito, assume um espaço de prestígio na sociedade e no cenário político da cidade.

Antes da aprovação, segundo relatos, o vereador teria exposto a proposta ao padre Carlinhos que conduziu a ideia até o bispo, não havendo uma participação direta da comunidade católica na organização. Em outras palavras, não foi organizado um inventário participativo, que incluísse/ouvisse a população como protagonista da proposta. De acordo com Jeancarlo:

Houve um projeto de Lei municipal apresentado pelo vereador Carlos Antônio, para tornar a Festa em Louvor à Nossa Senhora patrimônio histórico-cultural do município de Firminópolis, sendo aprovado por unanimidade [...]. Inclusive quando da propositura do projeto de Lei, antes da votação, o vereador procurou o pároco da cidade – Pe. Carlinhos, o qual levou a matéria até o bispo, os quais concordaram.

(NEVES, 2023, informação verbal)⁵.

A dificuldade dos fiéis em participar das novenas ao longo da pandemia da Covid-19, em 2020 e 2021, teria sido um fator que impulsionou a patrimonialização da festa. Mas para além disto, incluiu como motivo o significado/história que a celebração possui para comunidade.

Essa festa religiosa remonta desde o início da emancipação política, e até o momento não tinha tido o reconhecimento das autoridades locais. Inclusive foi uma promessa de campanha, pois acredita o vereador que o patrimônio histórico cultural de um município deve ser reconhecido materialmente. (NEVES, 2023, informação verbal)⁶.

A partir da proporção da festa e de toda a sua dinamicidade, viu-se a necessidade de salvaguardar esse bem, buscando preservar e valorizar as memórias, identidades, saberes e fazeres associadas a comemoração. Dessa forma, na décima oitava sessão de 2022, no dia 25 de maio, na Câmara Municipal de Vereadores do município de Firminópolis, foi aprovada por unanimidade o projeto de Lei que torna a celebração em louvor à Nossa Senhora da Guia patrimônio cultural firminopolense. Assim, foi criada a Lei Municipal nº 1637, de 30 de maio de 2022, que reconhece a festividade como patrimônio cultural, assim como garante todo o respaldo necessário para sua realização.

No art. 1º da referida lei, está previsto que a celebração continuará sendo organizada anualmente no município, pela paróquia local. Além disso, atribui o título de patrimônio cultural de caráter imaterial ao bem em questão. Na sequência, em diálogo com o tópico anterior, o art. 2º reforça o período de realização da celebração, entre os dias 30 de agosto a 08 de setembro, momento dedicado à padroeira.

O art. 3º tece uma discussão acerca do que seria um bem cultural intangível, em harmonia com o art. 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003). “Este Patrimônio Cultural Imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade [...]” (FIRMINÓPOLIS, 2022). O presente tópico

⁵ Entrevista de Jeancarlo Oliveira Neves (virtual) cedida ao autor, em 11 de janeiro de 2023.

⁶ Entrevista de Jeancarlo Oliveira Neves (virtual) cedida ao autor, em 11 de janeiro de 2023.

assume a responsabilidade de justificar tal a categoria escolhida, em compasso com as identidades e memórias que cruzam a festa.

No art. 4º a Secretaria de Educação e Cultura assume tarefa de providenciar os recursos necessários para a viabilização da Lei. Por fim, no art. 5º fica sob responsabilidade dos órgãos municipais auxiliar economicamente na organização da festa, de acordo com os seus limites legais. “Fica o Município de Firminópolis, através de seus órgãos municipais, a faculdade em auxiliar economicamente [...] na execução da festividade [...]” (FIRMINÓPOLIS, 2022).

O projeto foi pensado com o objetivo de salvaguardar as memórias e identidades ligadas à celebração, assim como na promoção de laços entre a comunidade. Entretanto, a ausência de um inventário participativo mediante diálogo com o manual de aplicação do IPHAN, antecedendo a articulação do projeto de Lei, pode de certa maneira comprometer o mapeamento dos múltiplos sentidos que movem a festividade.

Tal inventário, como discutido anteriormente, deve ser conduzido pelos detentores ou em parceria com eles. O foco é tornar a população protagonista em todo o processo de identificação, ou seja, pensar em mecanismos que abracem toda a diversidade cultural, territorial e de relação de sentido que está associada a tais sujeitos, assim como contribua para produção de conhecimento.

Compreender o patrimônio a partir das histórias e dos significados atribuídos pelos seus moradores, reconhecendo a existência de um saber local, considerando o olhar e a vivência desses, e criando uma perspectiva de participação social no processo de identificação e proteção do patrimônio. (SCIFONI, 2017, p. 200)

Desta maneira, o inventário participativo precisa sempre ter como ponto de partida a sensibilidade da população, pois só será possível acessar os sentidos de um dado patrimônio por meio de seus guardiões. É através dessa ferramenta que será viável coletar, assim como organizar informações sobre o bem em questão. No caso do patrimônio imaterial, o trabalho de identificação é ainda mais intenso, pois como foi salientado a sua morfologia transcende a matéria e inclui elementos de difícil acesso: como memórias, sentimentos, identidades e silêncios.

Cabe-nos lembrar também que o inventário dos bens culturais constitui um passo primordial no sentido da conservação de um bem cultural e figura um instrumento poderoso de preservação. A sua

relevância aumenta à medida que se acentua o processo de acelerada renovação e transformação das nossas cidades. Nesse sentido, o inventário necessita levar em consideração a(s) história(s), memória(s), valores socioculturais locais e as permanências dos elementos formais, das tradições e identidades dos grupos que vivem na área inventariada (PELEGRINI, 2009, p. 34-35).

No caso do mapeamento de uma celebração, alguns critérios são indispensáveis ao longo da identificação. Assim, na tentativa de facilitar tal processo, a utilização das fichas do inventário, propostas pelo manual de aplicação do IPHAN contribuem no sentido de organizar as informações coletadas e para um futuro registro do bem.

Além do nome e de imagens da festividade pesquisada, é fundamental que na ficha de celebrações contenha de maneira descritiva informações sobre a própria organização da celebração, como: onde ocorre e como é o local; momentos e datas que estão associadas a festa, assim como sobre a história da comemoração. Informar as pessoas envolvidas na articulação, bem como elementos especiais que compõem o momento: comidas, roupas, objetos, acessórios, expressões corporais e orais, são fundamentais, como também os sentidos atribuídos pela comunidade ao patrimônio inventariado, todos esses critérios são essenciais para mapear o bem e compreender sua dinamicidade.

Este inventário é, primordialmente, uma atividade de educação patrimonial. Portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais [...]. [...] um dos objetivos é fazer com que diferentes grupos e diferentes gerações se conheçam, [...] promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade. (FLORÊNCIO et al, 2016, p. 9).

Como reflexo desse processo inclusivo e democrático a celebração inventariada poderá ser registrada em diálogo com o decreto de nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro do patrimônio cultural de caráter imaterial no Brasil. No caso de uma festividade, ela será registrada no Livro de Registro das Celebrações, onde se guarda “os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social” (IPHAN, 2014, p. 1)

Tal processo de registro pode ser instaurado por diferentes esferas: desde o Ministro de Estado da Cultura, instituições associadas a pasta da Cultura, secretarias de Estado, de municípios e do Distrito Federal. Além disso, a própria

comunidade pode também solicitar o registro de um bem. O objetivo é que por meio de tal alternativa garanta o reconhecimento e a valorização do patrimônio, em outras palavras, contribua para manutenção das histórias e memórias vinculadas ao bem registrado.

Na tentativa de refletir sobre a preservação desses bens em questão, chamamos a atenção para o fato de que a patrimonialização de bens imateriais não diz respeito somente ao registro e à tentativa de preservação dos costumes, dos modos de fazer e saber de um grupo ou comunidade, mas significa uma intervenção em todo um conjunto de relações concreta e imediatamente vividas por esses grupos e comunidades. Considerando que esse Patrimônio é constituído, sobretudo pelas diversas memórias do grupo que a representa. (COSTA; CASTRO, 2008, p. 127).

No caso da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, ainda são poucos os recursos que visam proporcionar a discussão a respeito da dinamicidade da celebração. A articulação de ações em harmonia com a nova concepção Educação Patrimonial poderia auxiliar nessa questão, bem como incentivar novos processos de patrimonialização, gerando gradativamente a inclusão de identidades, memórias, costumes e saberes que se encontravam até então marginalizados.

Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser consideradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 20).

Entretanto, faz-se necessário ultrapassar as defasadas abordagens patrimoniais que, em sua maioria, reforçam a ideia de alfabetização cultural. Em substituição, adotar para tais ações educativas, perspectivas dialógicas e democráticas, que possibilitem a interação entre os sujeitos do patrimônio, assim como o aperfeiçoamento do senso crítico acerca do campo, em especial a respeito das políticas públicas de preservação. É importante considerar, que o patrimônio cultural está conectado ao bem estar físico, mental e também social das pessoas.

Na concepção de Scifoni (2017), entre os problemas que precisam ser superados na Educação Patrimonial estão as “ideias fora do tempo”, entre elas, o clássico jargão: “conhecer para preservar”, que conforme a autora, além de despolitizar o debate patrimonial, também inviabiliza o avanço da área. “Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população acerca de seu

patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido [...] a fonte de todos os seus problemas” (SCIFONI, 2017, p. 7).

As atividades desenvolvidas com a população precisam ser inclusivas, atuais e dinâmicas, pois o que se deseja é a reflexão e a construção coletiva de conhecimento. A portaria 137/2016, proposta pelo Iphan, reorienta as práticas educativas, visando “favorecer a participação social nas ações [...]; integrá-las no cotidiano e na vida das pessoas; compreender o território onde se atua como espaço educativo e fomentar a relação de afetividade em relação aos bens culturais [...]” (SCIFONI, 2017, p. 10).

Assim, as ações que necessitam ser articuladas no município de Firminópolis, devem visar além da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, outros patrimônios que ainda não foram oficializados, e que caso passem pelo processo de patrimonialização, seja esse, feito através da mútua contribuição dos detentores.

Considerações finais

Em conclusão, foi possível perceber através do processo de patrimonialização da Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia, a importância da realização de um inventário participativo, que inclua a comunidade como protagonista, promovendo possíveis diálogos entre a população e seus patrimônios. E como resultado desse mapeamento coletivo destaca-se o registro do patrimônio cultural, garantindo a salvaguarda do bem, assim como o acautelamento das identidades e memórias que formam o bem inventariado.

Neste sentido, mesmo com o título assegurado, tal processo de inventário realizado em Firminópolis, não se ausenta de uma reflexão a respeito de como se deu cada etapa do reconhecimento, em especial no quesito participação popular. A ausência da comunidade no mapeamento e registro da festa, coloca em xeque inúmeras memórias, identidades e sentidos que não foram acolhidos no “levantamento”. Esse descompasso com as atuais discussões sobre patrimonialização, conduz a salvaguarda a uma certa problemática identitária, devendo os futuros processos serem articulados em sintonia com os detentores, pois apenas nesses moldes que será possível pensar em um acautelamento democrático e reflexivo.

A partir de agora, a comemoração possui o “reconhecimento oficial” e poderá contar com apoio e recursos dos órgãos públicos para sua realização. Entretanto, é preciso ainda pensar em ações de Educação Patrimonial para oportunizar discussões mais precisas a respeito da manifestação, bem como para cogitar novos processos de patrimonialização no município, sempre se valendo daquilo que possui sentido para o povo firminopolense.

Artigo recebido em 06 de fevereiro de 2023.

Aprovado para publicação em 16 de abril de 2023.

Referências

ABREU, Regina; MAGNO, Marluce. **Desafios na Patrimonialização de Bens Imateriais de Caráter Religioso**: o caso das Folias de Reis Fluminenses. Rio de Janeiro, 2017.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BARBOSA, Célia Donizete de Abreu et al. **Vidas Missionárias**: Paróquia Nossa Senhora da Guia. 1. ed. Goiânia: Scala, 2016.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Percepção do Intangível**: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

COSTA, Marli Lopes; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? **Estudos de Psicologia**. (UFRN), v. 3, p.125-131, 2009.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FIRMINÓPOLIS. Lei nº 1637, de 30 de maio de 2022. Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Firminópolis a "Festa em Louvor à Nossa Senhora da Guia". [S. l.], 30 maio 2022.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; CLEROT, Pedro G. M.; BEZERRA, Juliana I. M.; RAMASSOTE, Rodrigo M. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 1. ed. Brasília – DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. v. 01. 67p.

FLORENCIO, Sônia Rampim.; BIONDO, Fernanda. Inventários Participativos como Instrumento de Educação Patrimonial e Participação Social. *In*: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar. **Patrimônios Possíveis: arte, rede e narrativas da memória em contexto iberoamericano, Goiânia-GO, 2017, p. 50 - 64.**

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos.** 1. ed. Brasília-DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio e Festas Religiosas/17. *In*: CARVALHO, Aline Vieira de.; MENEGUELLO, Cristina. (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 181-183.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil/ Goiás/ Firminópolis. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/firminopolis/panorama>. Acesso em: dez. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Apoio e Fomento de Bens Culturais,** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/684/>. Acesso em: 23 out. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Livros de Registros,** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122/>. Acesso em: 23 out. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.** 3. ed. 2008 (Folder Institucional)

MÁRCIA, Neuzélia. [Entrevista cedida a] Wlisses Cavalcante Santos. Virtual, 04 out. 2022. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

MOLL, Jaqueline. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. **Pátio: revista pedagógica,** Porto Alegre, vol. 8, n. 51, p. 1-20 ago./out., 2009.

NEVES, Jeancarlo Oliveira. [Entrevista cedida a] Wlisses Cavalcante Santos. Virtual, 11 jan. 2023. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História.** São Paulo, p.7-28, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTILHO, Aline dos Santos; TEIXEIRA, Simone; TORRES, Wagner Nobrega. **Educação patrimonial: abordagens e atividades educativas com os patrimônios [recurso eletrônico].** Campos dos Goytacazes, RJ: Eduenf, 2021.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teias.**

Rio de Janeiro, vol. 18, n. 48, p. 5-16, jan./mar., 2017.

SILVA, Luciana Sérgio da. **O Patrimônio Cultural de São Luís de Montes Belos – História, Memória e a construção de Saberes**. Goiânia: Kelps, 2021.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Revista Aurora**, n. 7, p. 106-113, jan/ 2011. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/9silva106a113.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TIRAPELI, Percival. Patrimônio Religioso/13. In: CARVALHO, Aline Vieira de.; MENEGUELLO, Cristina. (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 79 - 81.

TOLENTINO, Átila. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, Emanuel Oliveira; TOLENTINO, Átila Bezerra. (org.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p. 38 – 48. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf . Acesso em: 9 jan. 2021.

Sobre a autoria

¹Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (2022 – atual) pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: wlisses_cavalcante@outlook.com.

²Doutora em História (2014) pela Universidade Federal de Goiás. Docente no Curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: maria.fagundes@ueg.br.